



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

Batalhas da guerra cultural

José Carlos Zamboni

Como citar: ZAMBONI, J. C. Batalhas da guerra cultural. *In:* SALATINI, R.; DIAS, L. F. (org.). **Reflexões Sobre a Paz Vol. II paz e tolerância**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018. p. 191-216.
DOI: <https://doi.org/10.36311/2018.978-85-7983-987-0.p191-216>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

BATALHAS DA GUERRA CULTURAL

“Não vim trazer paz, mas espada.” (Mateus 10, 34).

José Carlos Zamboni

Entre 2012 e 2013, um terremoto sacudiu a Igreja Católica: o Papa Bento XVI renunciou ao cargo. Para os de fora da Igreja, um acontecimento político como outro qualquer. Para os de dentro, não.

A quem interessava a demissão do Papa? A quem incomodava com sua defesa intransigente dos chamados “princípios inegociáveis”, expostos em famoso discurso lido a 30 de Março de 2006? Esses princípios eram somente três, mas suficientes para contrariar fortes interesses do mundo atual: defesa da vida em todas as suas fases, da concepção à morte natural; casamento como união permanente entre um homem e uma mulher; direito dos pais de decidir sobre a educação dos próprios filhos.

Isto significava, concretamente, bater de frente com o projeto mundial de “desconstrução” da família convencional através do divórcio, legalização do aborto, disseminação dos métodos anticoncepcionais, controle demográfico (e suas implicações ambientalistas), fortalecimento do movimento homossexual, educação voltada para uma sexualidade *self service*.

<https://doi.org/10.36311/2018.978-85-7983-987-0.p191-216>

Parte fundamental desse projeto mundialista, de remodelação comportamental, pressupunha a diminuição do poder das religiões mais dogmáticas, como a Igreja Católica, favorecendo-se no âmbito ocidental a difusão de uma espécie de sincretismo religioso — do qual a maçonaria é o primeiro grande baluarte e o movimento *new age* o precursor mais imediato —, misturando-se elementos de várias religiões, visando uma futura e mais flexível religião universal, moralmente neutra.

O sacerdote argentino Juan Claudio Sanahuja tratou do assunto em obra publicada no Brasil, há alguns anos. Fartamente documentada, apresenta ao leitor todos os organismos internacionais que pretendem “[...] superar as religiões dogmáticas — aquelas que ensinam princípios imutáveis — às quais são atribuídas raízes violentas e fundamentalistas, em oposição radical à nova civilização do ‘diálogo, da paz e do desenvolvimento’.” (SANAHUJA, 2012, p. 72). Monsenhor Sanahuja manteve um site, “Notícias globales”, de 1998 até 2015, no qual rastreou incansavelmente documentos e informações sobre o que chamou de “Una nueva guerra fría”, um projeto de domínio global empreendido pelos países desenvolvidos (NOTÍCIAS GLOBALES, 1998).

Segundo esse projeto globalista, era necessário que as novas gerações, deixando-se moldar pelo princípio da maleabilidade moral, não mais acreditassem em verdades imutáveis, válidas para pessoas de quaisquer épocas, mas em aspirações flexíveis e adaptáveis a cada nova circunstância histórica. O Deus de Isaac e Jacó, encarnado em Jesus Cristo, devia agora ser substituído pelo multifacetado e hegeliano deus da História.

Papa Bento XVI não quis colaborar com esse programa que, do ponto de vista cristão, era fatalmente suicida e inaceitável, pois corrói as bases da civilização que a Igreja construiu nos últimos dois mil anos, com suas conquistas morais, artísticas, científicas e tecnológicas. Ao contrário, repudiou-o com veemência, cunhando uma expressão que ficou célebre — “ditadura do relativismo” —, e por isso teve, contra si, inimigos poderosos.

Essa expressão, aliás, foi cunhada um pouco antes de sua eleição, quando ainda era Cardeal Ratzinger, decano do colégio cardinalício. Celebrava a tradicional Missa «Pro eligendo romano Pontifice», na aber-

tura do conclave que o escolheria como sucessor de São João Paulo II. Era uma segunda-feira, dia 18 de abril de 2005. Dizia o cardeal na homilia:

Quantos ventos de doutrina conhecemos nestes últimos decênios, quantas correntes ideológicas, quantas modas do pensamento... A pequena barca do pensamento de muitos cristãos foi muitas vezes agitada por estas ondas lançada de um extremo ao outro: do marxismo ao liberalismo, até à libertinagem, ao coletivismo radical; do ateísmo a um vago misticismo religioso; do agnosticismo ao sincretismo e por aí adiante. Cada dia surgem novas seitas e realiza-se quanto diz São Paulo acerca do engano dos homens, da astúcia que tende a levar ao erro (cf. Ef 4, 14). Ter uma fé clara, segundo o Credo da Igreja, muitas vezes é classificado como fundamentalismo. Enquanto o relativismo, isto é, deixar-se levar “aqui e além por qualquer vento de doutrina”, aparece como a única atitude à altura dos tempos hodiernos. Vai-se constituindo uma ditadura do relativismo que nada reconhece como definitivo e que deixa como última medida apenas o próprio eu e as suas vontades. (RATZINGER, 2005).

Estava lançado o mote do seu pontificado: o combate àquela *ditadura do relativismo* que não se cansaria de denunciar e que foi, certamente, a causa principal de sua renúncia.

As narrativas seguintes revelam como setores mais ideologizados da classe intelectual, utilizando ferramentas artísticas — o *happening*, o teatro performático, a instalação —, estavam sincronicamente mobilizados contra o Papa reacionário.

UM PAPA CONDENADO PELA INQUISIÇÃO

Pouco antes de sua renúncia, um fato ocorrido no Brasil — protagonizado por conhecido nome do teatro de vanguarda —, revelava o grau de sua impopularidade junto a artistas e formadores de opinião em geral. O acontecimento se deu justamente numa universidade do Papa: a PUC paulistana.

No início de novembro de 2012, a professora do curso de Letras da PUC-SP, Anna Maria Marques Cintra, terceira colocada na eleição para reitor, acabou nomeada para o cargo pelo cardeal Dom Odilo Scherer, grão-chanceler da universidade e presidente do Conselho Superior da

Fundação São Paulo, que administra a universidade (de acordo com o estatuto da instituição, cabe ao presidente do Conselho Superior escolher e nomear o reitor, a partir de uma lista tríplice com os três mais votados pela comunidade acadêmica, que inclui alunos, professores e funcionários).

As lideranças estudantis, no entanto, descontentes com a nomeação da professora Anna Maria — que teria assinado um termo de compromisso, não previsto no estatuto, de só assumir a reitoria caso fosse a mais votada —, mobilizaram-se para assembleias gerais e prepararam atos de protesto. Um deles consistiu em procurar atores do Teatro Oficina, da capital paulista, para uma atividade teatral, inspirada em trecho da peça *Acordes*, de Bertold Brecht, então encenada em São Paulo por aquela companhia. Talvez não seja de todo inútil lembrar que o Teatro Oficina, a partir da ascensão do Partido dos Trabalhadores ao governo federal, teve a Petrobrás como seu principal patrocinador.

Na peça *Acordes*, de Brecht, havia uma cena que servia bem aos propósitos dos estudantes: um boneco, representando o capitalismo, era despedaçado por dois palhaços. Devidamente adaptado à situação que vivia a PUC, o boneco capitalista se transformou em boneco vestido de branco, com grande crucifixo no peito e branca mitra na cabeça.

Era o dia 27 de novembro de 2012, no crepúsculo do ano letivo. Câmeras do Teatro Oficina estavam a postos para registrar o espetáculo. No pátio da universidade, algumas dezenas de estudantes cantavam e dançavam ao som de instrumentos de percussão. Professores e funcionários assistiriam ao espetáculo pelas janelas do piso superior. Em tomada especial, ali aparecia sorridente, entre duas jovens, o conhecido diretor de teatro José Celso Martinez Corrêa, ou Zé Celso, como prefere ser chamado o diretor artístico do Teatro Oficina.

Depois de um corte, o diretor Zé Celso já se achava no pátio, de jaqueta estrategicamente vermelha, atrás de uma careta com o rosto do dramaturgo Brecht. Silenciado o canto dos alunos, logo se ouvia um imponente gongo chinês avisando que o *happening* ia começar.

Ao som da “Ave Maria”, de Gounod, um grande boneco, vestido de branco e com a mitra de bispo na cabeça, acompanhava a melodia com gestos suaves, arremedado pelo diretor Zé Celso. Como o bispo atendia

pelo nome de “dona Benta” e tinha sotaque alemão, era obrigatório pensar no Papa Bento XVI. A melodia foi logo interrompida — e entraram dois jovens atores, rostos pintados como índios, a dentadura aumentada, como se fossem participar de um ritual antropofágico.

Um deles, de revólver à mão e cabelos longos, gritava repetidamente “Golpistas!” e “Não passarão!”. Era o “no pasarán”, da líder comunista da Guerra Civil espanhola, Isidora Dolores Ibárruri Gómez, conhecida como La Pasionaria. No que foi logo acompanhado pelo coro de alunos.

A câmara girava para mostrar a adesão e aprovação de todos os presentes, sempre com especial destaque para o diretor Zé Celso, que era notoriamente o maestro da banda, o cérebro da manifestação. Um estouro aos pés do grande cruzeiro central, seguido de fumaça, dava início às falas dos dois atores e do boneco.

— Não acho bonita! — protestou o boneco, com forte sotaque alemão, em clara referência ao que via ao redor.

Uma vaia estrepitosa se levantou contra ele. O ator negro, com sotaque baiano, apontou o boneco e perguntou:

— Ôxe! Você não vê que “dona Benta” quer ficar olhando pra essa cruz, rezando pro seu santo predileto, São Paulo, o seu guarda suíço? — e apontava cinicamente para o cruzeiro central do pátio.

— Ôxe digo eu! — replicou o segundo ator, o de revólver à mão e cabelos longos. — Por que você fica sempre lambendo o rabo de “dona Benta”? Isso incomoda “dona Benta”... Ainda mais um gay africano, veado, preto...

Uma cascata de risos. O ator negro virou o rosto e confessou ao público:

— Ah! É porque eu quero ir pro Céu! — disse falsamente contristado. — E “dona Benta”, essa gostosinha, é uma celebridade, gente! É por isso que eu quero ficar lambendo esse rabão dela.

E, fazendo um gesto obsceno com os órgãos genitais, gritou:

— Multidão! Pede pra ela se sentar “aqui” com a gente...

A multidão gritava, repetidamente, uma mistura de “senta” e “fica”. O ator branco interrompeu o coro da multidão e pediu, a todos, que ouvissem “dona Benta” “ci-vi-li-za-da-men-te”. Afinal, era um tribunal democrático:

— “Dona Benta”, fala que a gente te escuta... — dizia, mostrando-lhe a plateia com um gesto circular.

A câmera focalizou “dona Benta”. Sob um fundo musical adequado à pregação, o bispo começou a falar. Pediu à plateia:

— Todos podiam ficar de olhos fechados para ouvir esses novos mandamentos...

Evidentemente, a plateia não obedeceu. A partir desse momento, “dona Benta” passou a expor alguns aspectos da moral católica que os alunos rebeldes e o Teatro Oficina jamais poderiam aceitar, caricatura dos princípios inegociáveis da Igreja, que Bento XVI reafirmou mais de uma vez em seu pontificado. Eram dez, como dez os Mandamentos de Moisés.

— Primeiro: não trepar “de antes” de casarem... (*Vaias da multidão*). Segundo: se casarem, só foderem para procriarem. (*Risos e vaias*). Terceiro: desde o dia 9 de fevereiro de 2011, o Vaticano declarou os homossexuais... (pronunciou uma palavra incompreensível no vídeo). Não pode casar homem com homem e mulher com mulher! (*Vaias*) Quarto: pregar a homofobia. (*Vaias*) Quinto: não usar camisinha. (*Vaias*) Sexto: mulher não é dona de seu corpo. (*Fortes vaias femininas*). Sétimo: abortar “jamé” (*Disse-o com forte acento francês, sob fortes vaias femininas*). Oitavo: se quer anular casamento, pagar oito mil reais pro Vaticano. Nono: queimar todos os livros da Nietzsche, da Marx, da Freud, da Oswald de Andrade. (*Vaias*); revistas gays dos boys e das girls; não ver filme condenado pela Vaticano; não ficar pelada “jamé” (*novamente com sotaque francês*). Isso serve pro senhor também, Zé Celso (*aqui, a câmera mostrava o diretor Zé Celso sentado no chão, perto do boneco, num sorriso maroto*). Décimo: estudar no livro de filosofia “da” padre Leonel Franca. É só!

Decálogo exposto, voltava à carga o ator negro:

— Ah! “Dona Benta”, a senhora não precisa pregar tanto! A senhora precisa de uma boa distração... — dizia, enquanto fazia mais um gesto fático com as mãos.

Mais um corte. Neste ponto do vídeo, ficou claro que o *happening* representava um tribunal. Um tribunal de inquisição e condenação, semelhante aos que aparecem nas “lendas negras” criadas pelos adversários da Igreja romana.

Depois do diretor Zé Celso voltar a dizer, por duas vezes, coisas mais ou menos incompreensíveis, começaria imediatamente a decapitação de “dona Benta”, com julgamento sumário e sem direito de defesa (para deixar bem evidente a concepção de democracia do Sr. Zé Celso). O ator branco entrou com uma barulhenta motosserra, grotescamente ameaçador, desfilando diante dos jovens mais próximos ao cruzeiro, que o aplaudiam sorridentes. Diante da Cruz, ergueu a sua arma para a multidão e se aproximou do boneco, agora já sem a mitra papal. Sob palmas e apupos unânimes, iniciava-se a decapitação. Enquanto serrava, o sangue manchava de vermelho vivíssimo, fartamente, a roupa branca de “dona Benta”. Até que sua cabeça enfim rolou pelo chão, parando aos pés da Cruz.



Figura 1: Bento XVI degolado na PUC paulistana

No fim de tudo, o ato pela liberdade do ensino laico acabava brasileiromente em carnaval, diante da Cruz e do Papa Bento XVI impiedoso.

samente degolado. O vídeo, produzido pelo Teatro Oficina com filmagem profissional, ainda pode ser encontrado no *youtube* sob o título *Decapitação do Papa na PUC* (DECAPITAÇÃO..., 2012).

O Teatro Oficina foi acionado na Justiça. Não pela reitoria da PUC, como seria esperável, mas pelo padre Luis Carlos Lodi da Cruz, da diocese de Anápolis, Goiás. O padre Lodi, depois de ver pelo *youtube* a representação teatral, encabeçou um abaixo-assinado e o encaminhou ao Ministério Público, que moveu ação contra o diretor Zé Celso e seus dois atores. O padre baseou a denúncia no artigo 208 do Código Penal, que prevê pena de detenção, de um mês a um ano, ou multa, para quem escarnecer de alguém publicamente, por motivo de crença ou função religiosa; impedir ou perturbar cerimônia ou prática de culto religioso; ou vilipendiar publicamente ato ou objeto de culto religioso. E, também, no artigo 286, referente à incitação pública de prática criminosa, com apologia de crime ou criminoso.

Dois anos mais tarde, espantosamente, o juiz responsável pelo caso extinguiu a ação em nome da “liberdade de expressão” que, em tempos de “estado laico”, termina forçosamente por ser mais sacrossanta do que o próprio Deus cristão.

Num texto publicado em seu blog, o diretor Zé Celso comemorou e contra-atacou: os que acusavam o Teatro Oficina de crime de escárnio religioso, e incitamento à violência, cometiam, eles próprios, um delito ainda maior: crime contra a liberdade de expressão e a própria arte teatral. “Estamos sendo processados mais uma vez — escreveu o diretor — pelos que devíamos processar pelo desrespeito ao Teatro e ao Estado Laico Brasileiro: os Fundamentalistas Católicos Apostólicos Romanos.” (BOCA NO MUNDO, 2013).

Muito significativo, no episódio, era o fato de um sacerdote isolado e distante — sem ligações diretas com a PUC de São Paulo, mas membro da mesma Igreja ofendida —, tomar a iniciativa de defendê-la, quando ninguém da universidade pontifícia se dispunha a fazê-lo (sem mencionar, obviamente, os que apoiaram o ato). A propósito dessa Igreja dividida, um padre que ensinou na PUC paulistana de outros tempos, entre 1959 e 1969 — o belga Michel Schooyans —, publicou no início do

pontificado de Bento XVI um livro em que fazia um bom diagnóstico da Igreja Católica atual, com suas divisões internas e infiltrações ideológicas (SCHOOYANS, 2008).

O ANJOS REBELDES DE NOTRE DAME

Papa Bento XVI, vítima da motosserra paulistana, comunicaria a sua misteriosa renúncia ao “ministério petrino” dois meses e meio depois de sua degola simbólica. Deixava de ser Papa em exercício para assumir a condição inédita de Papa emérito. O anúncio foi feito em 11 de fevereiro de 2013, dia em que a Igreja Católica comemora o início das aparições da Virgem Maria em Lourdes (11 de fevereiro de 1858), numa época em que a França ainda sofria os efeitos da Revolução Francesa (mãe de todas as ideologias contemporâneas). Uma data, portanto, com indiscutível valor simbólico.

O Teatro Oficina foi profético. Mais ainda: o próprio diretor Zé Celso se perguntaria, mais tarde, se a queda do Papa não teria sido provocada pela “bruxaria teatral” que ele e seus dois atores realizaram poucos meses antes, no final de novembro de 2012, no pátio de uma universidade católica generosamente aberta ao pensamento anticristão (BOCA NO MUNDO, 2013).

Jornalistas católicos saíram, atônitos, no enalço da lógica interna da renúncia de Bento XVI. Era notório que o Pontífice já não sentia a mesma confiança de antes em seus colaboradores imediatos, e tinha plena consciência de que, na velhice, precisaria cada vez mais deles, como João Paulo II necessitou em seus últimos anos de pontificado, sobretudo pelo agravamento de suas doenças. Até que ponto a decapitação simbólica, no Brasil, teria influído no ânimo do Pontífice demissionário, somente o próprio poderia dizer. Terá sido, no entanto, mais do que uma simples gota d’água; mesmo essas, podem pesar toneladas em certas circunstâncias.

Foram muitos os que se alegraram com a decisão papal, junto com os responsáveis pela agressão brechtiana da PUC. Naquele mês de fevereiro, logo que a notícia da renúncia chegou ao comando da organização feminista internacional Femen — que utiliza moças para invadir, se-minuas, lugares paradigmáticos do Ocidente conservador para algum tipo

de protesto —, cuidou logo de acionar oito militantes francesas para uma performance na Catedral de Notre Dame, em Paris.

Era uma fria manhã do inverno parisiense. Misturadas aos turistas, quase nuas sob os longos casacos, as jovens entraram na milenar igreja francesa, despiram os casacos e cercaram os grandes sinos silenciosos, que estavam no chão, sobre o piso da nave principal do templo. Os sinos, que já tinham sido benzidos pelo arcebispo de Paris no início de fevereiro de 2013, soariam pela primeira vez no próximo Domingo de Ramos, na abertura da Semana Santa parisiense, como parte das comemorações dos 850 anos da catedral. Aguardavam ali embaixo, belamente dourados e curvos, aguardando por abril, à espera que os levassem para o alto, quando dariam pulmões novos às velhas torres medievais da Catedral.

Ninguém imaginaria, porém, que os sinos seriam inaugurados logo mais, ali mesmo, naquele dia cinzento, pelas mãos daquelas jovens coléricas, que os martelavam ruidosamente, enquanto gritavam frases ofensivas ao Papa recém-demissionário. Como sempre ocorre nas manifestações do Femem, os seios ficavam obrigatoriamente à mostra, com agressivas palavras de ordem gravadas no busto. Em contraponto à pudica sinuosidade dos sinos, as moças exibiam suas próprias e íntimas curvas — curvas pagãs, furiosamente inadequadas ao casto e velado ambiente cristão. Uma nudez, aliás, monotonamente eurocêntrica: o grupinho era menos multi-étnico que o desejável em movimento de democracia radical...



Figura 2: Militantes do Femem comemoram renúncia do Papa

Erguiam os braços, desafiadoramente, para o teto da catedral e o próprio Céu cristão, enquanto as bocas repetiam, aos berros:

- Papa nunca mais!
- A fé está em crise!
- Tchau, tchau, Bento XVI!
- Papa homofóbico!

Vestiam sedutores *caleçons* pretos, como se estivessem no Moulin Rouge e não em lugar sagrado, no qual diariamente — como creem os católicos — o pão e o vinho se transformavam no Corpo e Sangue de Jesus Cristo.

Em poucos minutos, as garotas transformaram o silencioso ambiente da Notre Dame em ruidoso campo de batalha cultural. Não havia nenhum senso de humor nos olhos e gestos das oito militantes — o vídeo revela-o muito bem —; nenhuma atitude de profanação carnavalesca de ambiente sagrado, embora fosse terça-feira gorda de carnaval. A cena estava mais para filme de guerra do que para comédia de costumes (LES FEMEN..., 2013).

Aos que assistem à performance pelo *youtube*, é quase inevitável pensar num bando de jovens universitárias, semelhantes às que participaram da decapitação do Papa, na PUC paulistana. Agora em versão *topless*, pareciam movidas pela costumeira rebeldia estudantil dos diretórios acadêmicos. Rostos e gestos revelavam um grande ódio pela vida normal de cada dia, uma vontade insana de redesenhar os hábitos milenares das pessoas, como se fossem anjos vingadores de uma nova religião, além do bem e do mal, que já não mais necessitasse do Céu “careta” e repressor do Papa que se retirava.

Essas garotas, contudo, não eram tão politizadas como pareciam. Rápida pesquisa na internet é suficiente para saber que, em vez de diletantes acadêmicas do barulho e do espalhafato, não passam, na verdade, de profissionais a serviço de pessoas ou grupos que não simpatizam com a moral cristã, em especial com a Igreja Católica. Alguém com muito dinhei-

ro (cochicham-se pela internet algumas hipóteses) é quem paga as viagens aéreas, as hospedagens e a alimentação do grupo, em troca dos bustos nus, onde se gravam palavras de protesto do atual programa revolucionário de esquerda, numa forma inegavelmente original de praticar a grafitagem. É provável que elas acreditem nos valores que pregam, mas só se dispõem a batalhar por eles enquanto euros e dólares sejam depositados em suas contas bancárias. Bem assalariadas, recebem treinamento profissional para as performances teatrais em lugares estrategicamente escolhidos, depois de vestidas e maquiadas com cuidado profissional.

O protesto de Notre Dame terminou como previsto: oito mulheres, seminuas, enjauladas num camburão de polícia parisiense. Certamente, a arquidiocese profanada cuidou do ritual de reparação religiosa ao ultraje, mas não se pode garantir que tenha acionado na justiça as infratoras. Se acionou, é quase certo que tudo tenha terminado de maneira semelhante ao episódio da PUC paulistana.

OS ERROS DE DEUS

Voltemos ao Brasil. Foi nesse momento crítico do mundo católico, com as fraturas da Santa Sé ainda bastante expostas, que começou a ser gestada 31ª Bienal de Arte de São Paulo, em surpreendente conexão com os fatos narrados atrás. Seria aberta ao público em setembro do ano seguinte (2014), no Museu de Arte Moderna de São Paulo, localizado no Parque do Ibirapuera.

O tema escolhido para aquela exposição foi “Como sentir coisas que não existem”, e o gênero artístico predominante era a *instalação*. A exposição foi concebida e realizada por um grupo de cinco experts internacionais: o escritor escocês Charles Esche, os espanhóis Pablo Lafuente e Nuria Enguita Mayo, os israelenses Galit Eilat e Oren Sagiv. O empresário brasileiro Luis Terepíns, ligado à então ministra da Cultura Marta Suplicy, era o presidente da Fundação Bienal de São Paulo.

Até onde é possível compreender o texto de apresentação da Bienal, que expõe e justifica o tema de maneira intencionalmente nebulosa — aquela linguagem pós-moderna que descende dos Heidegger, dos

Derrida etc. —, o leitor fica sabendo, após algum esforço, que o pessoal organizador acredita no poder da arte “de agir e intervir em locais e comunidades onde ela se manifesta”, o que faz lembrar logo o conceito de arte engajada. Linguagem “nova” para velhas ideias.

Segundo os organizadores, vivíamos um momento de crise política, social, religiosa, econômica e ecológica, com “distribuição cada vez mais desigual do poder e dos recursos”. Estávamos num verdadeiro “estado de virada”. Seria hora, portanto, de realizar uma mudança de fato, mobilizando a arte com sua função preferencialmente “disruptiva”. Seria uma bienal fundada não em objetos de arte, como seria lícito esperar de uma bienal de artes, mas em “pessoas que trabalham com pessoas”, para mudar educacionalmente a cabeça de milhares de outras pessoas.

Para os mentores da 31ª Bienal, nossa compreensão e capacidade de ação no mundo seriam sempre limitadas ou parciais, com a consequência de que muitas coisas relevantes ficariam de fora dos modos comumente aceitos de pensar e atuar. Essas coisas que “ficam de fora”, só enxergadas pela mente privilegiada do pessoal organizador, é que deram título à Bienal: “Como sentir coisas que não existem”, e que só passam a existir depois de desveladas pela inteligência crítica de uma minoria de iluminados.

O que importava era localizar injustiças, aparentemente insuperáveis, de natureza política, social, religiosa, econômica e ecológica, pois eram elas que nos impediam de ver essas preciosas coisas que ainda não “existiam” (altamente desejáveis), essenciais para superar nossas pobres expectativas e convicções atuais.

Um dos objetivos — certamente o principal — era gerar conflito, colocando o “poder disruptivo” da arte a serviço de uma nova sociedade que só existia, até então, na mente dos organizadores da mostra. A “nova sociedade” ainda era uma utopia, mas a partir da exposição podia ficar mais próxima da realidade comum das pessoas mais simples:

Espera-se que esse momento compartilhado seja transformador para todos os envolvidos. Para isso ocorrer, os projetos artísticos, as palavras e ideias surgidas na exposição, discussões e performances que acontecem enquanto durar a Bienal, todos precisam ser confrontados, apropriados, usados e abusados. Ao longo desses encontros, dentro e em torno da 31ª Bienal, por meio do que são fundamentalmente atos

artísticos da vontade, as coisas que não existem podem ser trazidas à existência e, assim, contribuir para uma visão diferente do mundo. É provável que seja este, no fim das contas, o potencial da arte. (INTRODUÇÃO, [2014?]).

Até aqui, temos o já conhecido discurso teórico da esquerda acadêmica, visando “contribuir” para alterar o comportamento humano. Vejamos o que ocorreu na prática. Um dos problemas propostos para discussão, na Bienal, era a questão de “deus”, em especial da “sexualidade de deus” (assim mesmo, com minúsculo, para já deixar bem explícita a “teologia” dos organizadores).

O que o público (sobretudo alunos, crianças e jovens, de escolas públicas e particulares) encontrou de fato na 31ª Bienal? Quais as coisas que não existiam e, a partir de então, com seu “poder disruptivo”, passaram a existir, propiciando ao público estudantil “uma visão diferente do mundo”, adequada ao “estado de virada” em que viviam sem a plena consciência da coisa?

Foram criados vários ambientes dentro do grande pavilhão do Museu de Arte Contemporânea. Um desses ambientes se denominava “Errar de deus”. Estava composto de vários trabalhos. Num deles, o público podia ver famintos corvos devorando o corpo crucificado de Jesus Cristo.

Pelo menos outros três “homenageavam” a Mãe do mesmo Jesus. No primeiro, uma Virgem, com o Menino ao colo, se recobria inteiramente de baratas e escorpiões de plástico. No segundo, Maria estava toda enroscada por uma gorda serpente. No terceiro, uma imagem de Nossa Senhora atada a um ralador de cozinha, como uma abobrinha prestes a ser triturada. A seu lado, uma Santa Ceia aguardava, dentro de uma frigideira, o momento sublime de ser fritada no óleo. No mesmo ambiente, os visitantes ainda eram orientados a assinar um urgente abaixo-assinado, dirigido ao recém-eleito Papa Francisco, pedindo a abolição total do inferno, promovido por uma certa CIHABAPAI (Clube dos Ímpios, Hereges, Apóstatas, Blasfemos, Ateus, Pagãos, Agnósticos e Infiéis). Há um site com fotografias dos trabalhos (ERRAR DE DEUS, 2017).



Figura 3: A Virgem e Jesus cobertos de baratas e escorpiões

Havia, também, uma sala chamada “Deus é bicha”, com outras obras na mesma linha confrontadora. Novamente, a protagonista era a Mãe de Jesus. Chamava logo a atenção uma Virgem Maria com barbas; e, adiante, um grupo de corpos andróginos, em intimidade homossexual diante de uma complacente Nossa Senhora de Guadalupe. Ainda nesse ambiente, era possível ver a obra “Casa particular”: uma Santa Ceia encenada num prostíbulo da Rua São Camilo, em Santiago do Chile. Sentada ao centro da mesa, uma cândida prostituta representava o duplo papel de Jesus Cristo e do ditador chileno Augusto Pinochet, dizendo depois de oferecer o pão e o vinho:

— Este é meu corpo, este é meu sangue...

A obra “Línea de Vida” censurava a Igreja Católica por ter forçado indígenas do Peru a abandonar suas antigas tradições religiosas, à época da colonização. No ambiente “Linha do Tempo”, a obra denominada “Museu Travesti do Peru” exibia uma Virgem Maria com traços masculinos. E, para terminar, uma exposição de cartões postais comemorativos da

destruição de igrejas, imagens e conventos por comunistas, entre 1936 e 1939, durante a guerra civil espanhola.

Como a Igreja Católica — certamente o principal alvo da 31ª Bienal — sempre se posicionou contra o assassinato de bebês intrauterinos, não poderia faltar referência ao fato. No ambiente denominado “Espaço para Abortar”, vários cilindros cor-de-rosa se sucediam numa área circular, feitos de tela transparente, mais ou menos do tamanho de cabinas telefônicas. Eram representações de úteros vazios, já livres do feto, e onde era possível entrar para saber como é um útero depois do aborto.

Várias empresas e instituições educativas deram dinheiro, ideias ou colaboraram com a divulgação da mostra. Mencionem-se só as nacionais: Itaú, SESC, USP, Rede Globo, Instituto Votorantim, Eletropaulo, Sansumg, Oi, Eternit, Gerdau, Klabin. Não falta o apoio de fundações culturais de vários países europeus e americanos, como a Bloomberg Philanthropies (criada pelo conhecido político e magnata norte-americano Michael Bloomberg, célebre pela “filantrópica” verba destinada a políticas pró-aborto em todo o mundo). A República Argentina da presidente Cristina Kirchner também colaborou com o caixa. E, no Brasil, vale a pena mencionar a participação do BNDES, do Ministério das Relações Exteriores e da mesma Petrobrás que financiava o Teatro Oficina do diretor Zé Celso.

A GUERRA CONTINUA

Há um ponto em comum, em todas essas manifestações anticatólicas: seus autores estão convictos dos “erros de Deus”, ou, pelo menos, da Igreja que pretendia falar em Seu nome. Tanto na PUC paulista, como na catedral de Notre Dame e na Bienal do Masp, o principal alvo do escárnio é a moral cristã, especificamente a questão da sexualidade.

Trata-se, no fundo, de uma atualização materialista do velho repúdio gnóstico ao Deus cristão, demiurgo impotente ou mal-intencionado, responsável por uma criação defeituosa que seria preciso corrigir com a ação humana. Já não creem nesse Deus no qual seus pais acreditavam (no máximo, são deístas ou panteístas), e por isso aceitam todas as experiências

com a realidade, em especial com o corpo humano, objeto das mais diversas intervenções, não só no sentido de seu aperfeiçoamento, como de sua recriação (alterações de sexo, novas técnicas reprodutivas etc.). É a reencarnação do gnosticismo dos primeiros séculos do cristianismo, arqui-inimigo dos católicos, segundo o qual o mundo é essencialmente defeituoso e malévolu, necessitando de reconstrução estrutural (GÓMEZ, 2006).

Não é improvável que o diretor Zé Celso já soubesse, à época da performance na PUC, de um espetáculo encenado em Roma desde janeiro de 2012, *Sul concetto di volto nel figlio di Dio*, escrito e dirigido por Romeo Castellucci, montado pela conhecida companhia teatral de vanguarda Societas Raffaello Sanzio. O espetáculo tinha duas cenas. Na primeira, um filho cuidava do pai idoso com incontinência fecal, trocando-lhe repetidamente as fraldas geriátricas e limpando o chão.

Era claro o propósito: sugerir que a obra da Criação era intrinsecamente defeituosa. Na segunda, o rosto de Jesus, reproduzido de uma obra de Antonello de Messina, pintor italiano de Quatrocentos, era ampliado e estampado no fundo do palco, sobre o qual moleques em idade escolar arremessavam objetos que iam tirando da maleta escolar (inspirada provavelmente na malhação do Judas). Era, numa curiosa inversão, a malhação do próprio Cristo, o Autor da miserável condição humana mostrada na primeira cena.



Figura 4: Apedrejamento de Cristo em espetáculo teatral

Poucos meses depois da encenação na PUC e da invasão de Notre Dame, outro templo católico era objeto dessas incursões espalhafatasas, sempre promovidas por militantes pró-aborto em coligação com a causa gay. Era a vez, então, da Catedral Metropolitana, em Santiago do Chile. O fato se deu em vinte e cinco de julho de 2013, numa data escolhida a dedo: dia da Festa do apóstolo São Tiago, padroeiro da capital chilena. O vídeo, no youtube, mostra bem o que ocorreu: centenas de adeptos da nobre causa entraram violentamente na igreja, em plena Missa, e, enquanto urravam palavras de ordem, puseram-se a destruir confessionários, agredir fiéis, espalhar lixo pelo chão e pichar altares com expressões blasfemas (do tipo “me cago con Dios”).



Figura 5: Militantes pró-aborto profanam catedral chilena

Diante desses episódios de insulto ao Papa e à Igreja, é justo lembrar-se do célebre Ultraje de Agnani, ocorrido na Idade Média, em sete de setembro de 1303. O episódio costuma ser visto como símbolo do enfraquecimento do poder pontifício (logo começaria o longo exílio dos Papas em Avinhão), em período que o historiador belga Huizinga chamou, com muita propriedade, de “outono da Idade Média”. O rei francês Felipe IV, o Belo, em conflito com Papa Bonifácio (era a época em que as nações europeias ensaiavam sua autonomia em relação ao poder espiritual de Roma), mandou mais de dois mil soldados invadirem a pequena cidade italiana onde o Pontífice se refugiara. Enquanto os soldados pilhavam a catedral pontifícia, dois homens da confiança do rei invadiram os aposentos papais e o intimaram a convocar um concílio em que seria julgado. Como o Papa

recusasse, foi esbofetado por um dos emissários do Rei, um certo Sciarra Colonna. Logo a população se voltou contra os agressores e libertou o já velho Bonifácio que, muito abalado pelo fato, adoeceria e morreria um mês depois (DANIEL-ROPS, 2012).

Nesses últimos setecentos anos, o poder político e, depois, espiritual do Papa, foram só decrescendo, até chegar ao nível em que hoje se encontram. No entanto, sua palavra ainda tem peso e público — uma pedra no meio do caminho globalista, atraindo sobre si a ação violenta e o discurso hostil, tão óbvios nessas manifestações ditas artísticas, ou de protesto, em que fica ostensiva a aliança entre forças militantes fartamente alimentadas por ideias acadêmicas e dinheiro internacional, com a chance-la das Organizações das Nações Unidas (PEETERS, 2014).

A mensagem contida nessas manifestações questionava, diretamente, dois dos três princípios inegociáveis de Papa Bento XVI, substituindo-os pela legalização do aborto (contra a defesa da vida em todas as suas fases, da concepção à morte natural); e a defesa do casamento gay (contra o matrimônio como união permanente entre um homem e uma mulher). Indiretamente, voltavam-se também contra o terceiro: jamais poderiam aceitar o direito dos pais de decidir sobre a educação dos próprios filhos, já que a educação familiar sempre estaria a reboque de alguma tradição religiosa. O futuro, que o poder global deseja aos filhos e netos de um Ocidente já quase pós-cristão, não convém que tenha vínculos com nenhuma tradição patriarcal, regida por uma “moral de escravos”, conforme a lição nietzschiana.

Em suas viagens, Bento XVI — que não escondia a posição da Igreja sobre sexo, casamento, aborto — sempre teve de suportar duras manifestações de repúdio ao seu pontificado. Foi assim em Portugal, na Inglaterra, na Espanha e na Alemanha, entre 2010 e 2011. Era cobrado, sobretudo, pelos crimes de pedofilia cometidos por membros do clero católico, com argumento do tipo: “Com que direito a Igreja pontifica sobre sexo, quando há tanta roupa suja para lavar em casa?” De nada serviam pesquisas sociológicas revelando, com a crueza dos números, que a quantidade de padres pedófilos era menor que a de professores de educação física ou pastores protestantes, uma vez que a grande mídia internacional já tinha decidido o contrário (INTROVIGNE, 2010).

UMA GUERRA PRINCIPALMENTE CULTURAL

Até aqui, foram vistos acontecimentos que pertencem a uma categoria especial de sacrilégio: o ultraje religioso, ideologicamente dirigido e datado. Nisto, diferenciam-se das cenas habituais de vilipêndio religioso que se repetem, desde sempre, nas capelas do mundo cristão: imagens destruídas, sacrários violados, hóstias consagradas roubadas para cultos satanistas etc., atingindo não pessoas particulares, mas toda uma comunidade dos fiéis, pois esse é o efeito de todo ultraje exercido sobre objetos aos quais se imprimiu um valor simbólico.

É nesta segunda categoria que se enquadram os atos de iconoclastia protestante, episódios atuais de uma guerra que começou há quinhentos anos e é precursora dos movimentos revolucionários modernos, a começar pela Revolução Francesa. De um deles, muitos brasileiros ainda certamente se recordarão: foi quando, em 1995, no dia 12 de outubro — dia em que o país comemora a Virgem Maria como padroeira do Brasil —, um pastor da Igreja Universal do Reino de Deus, um certo Sérgio von Helder, desferiu pequenos chutes na imagem de Nossa Senhora (“um boneco desse tão horrível, tão feio, tão desgraçado”, ia dizendo diante das câmeras, no programa “Despertar da fé”, da TV Record). Depois de deixar indignada e ofendida a maioria da população brasileira, o pastor foi condenado a dois anos de prisão. Recorreu da sentença e, no frígido dos ovos, nada teve de pagar (PASTOR..., 2014).

À época da agressão protestante, o presidente brasileiro era Fernando Henrique Cardoso, célebre por não acreditar em Deus, mas que, em nota à imprensa, declarava o seguinte:

O Brasil é um país democrático, conhecido pela tolerância religiosa, e sua força está exatamente na capacidade de convivência com a diversidade. Qualquer manifestação de intolerância fere esse espírito de convivência e, também, o espírito cristão. (CHUTE..., 1995).

São palavras justas, com as quais concordaria plenamente a maioria dos brasileiros, com exceção de pessoas como o diretor Zé Celso, os seus atores, o público de alunos que os aplaudiam na PUC, os organizadores e artistas da 31ª Bienal. Teriam escarnecido do político tucano,

assim como é provável, também, que este ironizasse a performance da PUC e as instalações do MASP: representam duas maneiras distintas de viver a mesma causa.

No entanto, o político que as pronunciou é um sociólogo que nunca deixou de ser marxista; e que, como os socialistas fabianos e gramscianos, confia em métodos mais sagazes que os estalinistas ou anarquistas para realizar a doutrina de Marx: voltam a trilhar caminhos políticos convencionais, enquanto vão realizando discretamente a modificação cultural das massas. Têm, sobretudo, muita paciência, ao contrário da esquerda sindicalista latino-americana, com a qual parecem ter afinidades os protagonistas da agressão na PUC e no MASP.

Esses inimigos ruidosos da civilização ocidental serão realmente os mais temíveis? Atos de guerrilha cultural, como os atrás narrados, podem ter o seu efeito aqui ou ali, junto a públicos restritos. Indivíduos que pensam como o diretor Zé Celso, os organizadores da 31ª Bienal ou as meninas do Femen sempre terão quem financie com soldo generoso os seus projetos, na esteira das ideologias gestadas nos últimos séculos. Mas não são, seguramente, os agentes mais temíveis da guerra cultural. Fernando Henrique Cardoso — que sempre preferiu caminhar no sentido contrário aos três princípios inegociáveis de Papa Ratzinger — é o típico representante de uma esquerda muito mais preocupante para os que defendem a vida da concepção à morte natural, o matrimônio como união permanente entre um homem e uma mulher, o direito dos pais de decidir sobre a educação dos próprios filhos.

Agressões espalhafatosas contra a Igreja não passam de ponta de um iceberg infinitamente maior, invisível a olho nu, em cujo seio se processam mudanças sutis e milimétricas, feitas na calada da noite, operadas por agentes estrategicamente espalhados pelos postos-chaves do campo de batalha cultural: organizações internacionais, governos, empresas, escolas, serviços sociais, mídia, religião, e, *last but not least*, o sistema judiciário, que não poderia ser deixado de fora do projeto de reordenação mundial (quando o Teatro Oficina foi acionado, na Justiça, pelo ato de escárnio e vilipêndio público cometido na PUC de São Paulo, o juiz responsável pelo caso arquivou-o em nome da “liberdade de expressão” e do “estado laico”).

Já tem pouca valia as palavras sobre tolerância presentes na Constituição brasileira, “promulgada sob a proteção de Deus”. A palavra “Deus” lá se encontra, logo no “Preâmbulo”; afinal, a maioria quase absoluta dos brasileiros era composta de católicos e evangélicos, naquele já distante ano de 1988. O Brasil — insistia a Carta Magna —, possuía um Estado Democrático, destinado

[...] a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias. (BRASIL, 1988).

Se era uma Constituição “promulgada sob a proteção de Deus” — e destinada, ao menos teoricamente, a assegurar aos brasileiros “direitos sociais e individuais”, “liberdade”, uma “sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos” —, não faria sentido se não defendesse também o universal direito à religião. Sem ser um Estado confessional, o inciso VI, do Art. 5º, refere-se, no entanto, à “[...] inviolabilidade da liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.”

O inciso VII, do mesmo artigo 5º, estabelece que “[...] ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta.” Ou seja, nenhuma crença religiosa, ou convicção filosófica e política, podem comprometer o funcionamento do sistema democrático como um todo, defendido pela “magna carta”.

Belas e boas palavras, mas já faz tempo que não funcionam. O silencioso cerco de Jericó do globalismo, empreendido pelo poder judiciário, o sistema educacional, a grande mídia, as instituições políticas e as próprias religiões, tem um objetivo bem preciso: promover uma ambiciosa obra de engenharia social que substitua hábitos, costumes e, sobretudo, a nossa linguagem de cada dia. São transformações estruturais que estão recriando o ser humano a partir de fantasias “disruptivas”, tendo como resultado um

estranho homem novo, desligado de suas raízes greco-latino-judaico-cristãs, impotente para reagir aos planos de remodelação substancial empreendidos por essa espécie de junta planetária — composta de políticos, financistas, intelectuais e agentes espalhados pelo mundo —, que move céus e terra para ampliar, cada vez mais, o grande poder que já tem em mãos.

Papa Bento XVI condensou admiravelmente, na fórmula breve dos “princípios inegociáveis”, o objeto dessa contenda planetária, dos quais — insistia o Pontífice — o Ocidente não pode abrir mão, sob pena de cometer suicídio civilizacional: 1) defesa da vida em todas as suas fases, da concepção à morte natural; 2) casamento como união permanente entre um homem e uma mulher; 3) direito dos pais de decidir sobre a educação dos próprios filhos.

Os inimigos dos três princípios contam com muitas entidades e organizações internacionais, porém nenhuma delas com mais poder do que as abrigadas pela ONU. O já mencionado Padre Michel Schooyans revela, em obra bem documentada (SCHOOYANS, 2000), como a Organização das Nações Unidas foi completamente reestruturada, a partir dos anos sessenta. É com espanto que se descobre uma ONU bem diferente da que se costumava ver — uma espécie de tia bonachona, especializada em botar panos quentes em conflitos internacionais, estimulando a paz e a segurança do mundo. Este foi o motivo de sua criação, em 1945: aperfeiçoar as relações entre os povos. Na verdade, seus órgãos — Unicef, Unesco, OMS, OMC, IPCC etc. — passaram a funcionar como instrumentos a serviço da criação de um “governo mundial”, pós ou supranacional, planejado por pessoas ligadas à elite financeira, empresarial e política, espalhadas pelas Américas, Europa e parte da Ásia. Para implantar esse macropoder em nível mundial — na “aldeia global”, para usar a expressão famosa do professor canadense Marshall McLuhan —, alguns organismos foram criados ou reciclados, como o CFR americano (Conselho de Relações Internacionais), a Comissão Trilateral, o Clube Bilderberg, a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico). Foi a partir dos anos noventa que o novo perfil da ONU se delinearía com mais clareza: defesa de uma economia sustentável, disseminação do holismo panteísta (que concebe o homem como um acontecimento trivial na evolução do universo), redução da natalidade, políticas de legalização do aborto e de formas alternativas de

casamento. O livro termina com o confronto dessa postura — oposta ao conceito cristão de sobrevivência espiritual — e a tradicionalmente defendida pela Igreja Católica, evidenciando-se as razões pelas quais Roma não poderia caminhar confortavelmente ao lado da nova ONU.

A pesquisa do padre Schooyans sobre a revolução cultural planetária se completaria com um trabalho da jornalista e professora belga Marguerite A. Peeters, publicado sete anos mais tarde: *Marion-ética, los expertos de la ONU imponem su ley* (PEETERS, 2007). O livro de Marguerite Peeters, que ensina na Pontifícia Universidade Urbaniana de Roma, focaliza mais especificamente os três princípios de Bento XVI (que não representam opinião particular de um Papa, mas *verdade* defendida desde sempre pelo cristianismo católico), e as ações realizadas em nível mundial para afrontá-los, através da revolução feminista, sexual e cultural. Descreve a nova ética que deve ser imposta ao mundo (a “ideologia dos direitos humanos”) e identifica seus artífices, com as técnicas e estratégias utilizadas em sua implantação. Revela, sobretudo, o incansável trabalho realizado no campo das religiões pelos “agentes de transformação”, que passaram da confrontação direta e agressiva — como as narradas anteriormente —, a formas mais inteligentes de assédio, ocultos sob a aparência de colaborações e alianças. Sem negar a importância das tradições e ritos religiosos, fragmentam astutamente, “por dentro”, a unidade do corpo eclesial e dos fiéis, que são levados a reivindicar seus direitos sexuais e reprodutivos em nome de sua própria tradição religiosa. Estimulam, nos teólogos, que busquem em seus próprios textos sagrados argumentos que apoiem o pensamento globalista, e o trabalho estará perto do sucesso quando conseguirem transformar a “nova ética pós-moderna” em dever religioso...

O historiador inglês Arnold Toynbee acreditava que, pelo andar da carruagem da História, seria inevitável um governo mundial, restando saber se seria democrático ou totalitário. Se depender das agências da ONU, do poderoso financiamento internacional e dos métodos postos em ação, estaria seguramente mais perto do segundo tipo. Será o totalitarismo doloroso prometido por George Orwell, projetado com base nas experiências soviéticas que o escritor já conhecia? Será o totalitarismo hedonista de Aldous Huxley, expresso no romance *Admirável mundo novo* e outras obras do autor, no qual seria permitido às pessoas se divertirem tanto, que nem identificariam como opressora a força que os dominasse?

Até agora, as mudanças revolucionárias das últimas décadas — provocadas pelos inimigos dos três princípios inegociáveis do Papa Bento XVI — só tem resultado em

[...] fragmentação familiar, social e intergeracional; solidão e abandono dos velhos; carências e feridas afetivas de crianças que vivem em famílias monoparentais ou reconstituídas; aumento das depressões; desestruturação antropológica; fracassos escolares; desorientação profissional; aumento dos suicídios, do desespero e da sensação de insegurança de muitos jovens, que se refugiam na droga, na violência, nas seitas e no satanismo; perda das tradições culturais e da fé. (PEETERS, 2007, p. 17).

Os efeitos são de uma guerra como jamais se viu antes: uma guerra cultural que não destrói ou aprisiona somente os corpos, mas sobretudo as mentes. Que remédio poderia curar tantos ferimentos provocados no tecido social e humano, causados pela obstinada negação das “coisas permanentes” (T. S. Eliot) que se encontra no núcleo do projeto de uma nova ordem planetária? Quantas gerações serão sacrificadas, antes que o mundo volte a compreender que a vida deve ser defendida em todas as suas etapas, o casamento é união permanente entre um homem e uma mulher, e os pais — não o Estado, não o governo mundial — têm todo o direito de decidir sobre a educação dos próprios filhos?

REFERÊNCIAS

BOCA NO MUNDO: querem criminalizar a liberdade total. Disponível em: <<https://blogdozeclso.wordpress.com/2013/06/06/561/>>. Acesso em: 31 jul. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Casa Civil, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 31 ago. 2017.

CHUTE na imagem da padroeira do Brasil choca país e é reprovado por religiosos. *O Globo*, p. 1, 14 out. 1995. Postagem no acervo digital do *Jornal O Globo* em 9 jan. 2015. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/chute-na-imagem-da-padroeira-do-brasil-choca-pais-e-reprovado-por-religiosos-17738478>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

DANIEL-ROPS, H. *A Igreja das catedrais e das cruzadas*. 2. ed. Tradução Emérico da Gama. São Paulo: Quadrante, 2012.

- DECAPITAÇÃO do Papa na PUC. 25 dez. 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=rhxZupJ08Z8>>. Acesso em: 31 ago. 2017.
- ERRAR DE DEUS. Disponível em: <<https://erraredios.org/errar-de-deus/>>. Acesso em: 31 ago. 2017.
- GÓMEZ, M. G. La gnosis y sus rebrotes en nuestros días. *Burgense, Collectanea Scientifica*, Burgos, v. 47, n. 1, p. 71-130, 2006.
- INTRODUÇÃO. In: BIENAL, 31., 2014, São Paulo. Data provável do texto [2014?]. Disponível em: <<http://www.31bienal.org.br/pt/information/754>>. Acesso em: 31 ago. 2017.
- INTROVIGNE, M. *Preti pedofili: la vergogna, il dolore e la verità sul'attacco a Benedetto XVI*. Milão: San Paolo, 2010.
- KREEFT, P. *Como vencer a guerra cultural*. Campinas: Ecclesiae, 2011.
- LES FEMEN à Notre-Dame pour fêter le départ du pape. 12 fev. 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=01NWMYqU7Ak>>. Acesso em: 31 ago. 2017.
- NOTÍCIAS GLOBALES. Disponível em: <<http://www.noticiasglobales.org/comunicaciones.asp>>. Acesso em: 30 ago. 2017.
- PASTOR chuta a imagem de Nossa Senhora. 21 dez. 2014. Vídeo extraído do *Jornal Nacional* da Rede Globo de Televisão. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=V1L_xYxCOiI>. Acesso em: 30 ago. 2017.
- PEETERS, M. A. *Marion-ética, los expertos de la ONU imponem su ley*. Madrid: Rialp, 2007.
- PEETERS, M. A. *Il gender: una questione politica e culturale*. Milão: Edizioni San Paolo, 2014.
- RATZINGER, J. Disponível em: <http://www.vatican.va/gpII/documents/homily-proeligendo-pontifice_20050418_po.html>. Acesso em: 11 ago. 2017.
- SANAHUJA, J. C. *Poder global e religião universal*. Tradução Lyège Carvalho. Campinas: Ecclesiae, 2012.
- SCHOOYANS, M. *La face cachée de l'ONU*. Paris: Le Serment, 2000.
- SCHOOYANS, M. *Le terrorisme à visage humain*. Paris: François-Xavier de Guibert, 2008.
- SEGUNDA Carta de São Pedro. In: BÍBLIA Sagrada. 11. ed. São Paulo: Ed. Ave Maria, 2014. 2Pd 3, 3.